

NOTA INFORMATIVA

de: Secretariado

para: Convenção

Assunto: **Mandato complementar do Grupo de Peritos designados pelos Serviços Jurídicos**

Na reunião de 2 de Abril de 2003, o Praesidium decidiu conferir um mandato complementar ao Grupo de Peritos designados pelos Serviços Jurídicos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão, para o assistir na adaptação técnica da Parte II da Constituição.

Junto se envia, à atenção dos membros da Convenção:

- em anexo A, o mandato transmitido aos três Serviços Jurídicos.
- em anexo B, as sugestões do Grupo de Peritos Jurídicos já integradas no texto adaptado da Parte II.

CONVENÇÃO EUROPEIA

Bruxelas, 2 de Abril de 2003

SECRETARIADO-GERAL

**Mandato complementar do Grupo de Peritos
designados pelos Serviços Jurídicos
das três Instituições**

1. Na reunião de 2 de Abril de 2003, o Praesidium analisou as sugestões apresentadas pelo Grupo de Peritos no relatório de 13 de Março de 2003 (cf. doc. CONV 618/03, pp. 175 a 187), com excepção das referidas nos pontos 29, 30, 31 e 32.
2. Na sequência dessa análise, o Praesidium decidiu conferir um mandato complementar ao Grupo para integrar algumas das sugestões a que decidiu dar seguimento. Como o Praesidium ainda não analisou as sugestões a que se referem os pontos 29, 30, 31 e 32, a sua integração será eventualmente objecto de um novo mandato complementar do Praesidium.
3. O Praesidium convida o Grupo a dar seguimento às seguintes sugestões:
 - a) **Fusão dos artigos 70.º e 80.º do TCE**

O Praesidium decidiu dar seguimento a esta sugestão, mantendo a opção a) (p. 179).

b) Utilização das abreviaturas

O Praesidium decidiu dar seguimento à sugestão do Grupo (p. 176); as abreviaturas que constam da Parte II da Constituição devem ser substituídas pela denominação oficial.

c) Processos de decisão

O Praesidium decidiu dar seguimento às seguintes sugestões do Grupo (pp. 184 e 185):

- i) Substituir a actual regra de votação segundo a qual "as deliberações do Conselho são tomadas por maioria dos seus membros" (n.º 1 do artigo 205.º do TCE) pela fórmula "as deliberações do Conselho são tomadas por maioria qualificada". Solicita-se ao Grupo que proceda às adaptações técnicas necessárias nas bases jurídicas para ter em conta esta nova regra.
- ii) Quanto ao Parlamento Europeu, substituir o termo "parecer favorável" por "aprovação" ("*consent*" em inglês);
- iii) Como o Praesidium decidiu prever num artigo da Constituição dedicado à Comissão uma fórmula que afirme que "salvo disposição expressa em contrário, os actos da União apenas podem ser aprovados sob proposta da Comissão", solicita-se ao Grupo que proceda às adaptações técnicas necessárias nas diferentes bases jurídicas que estipulam que o Conselho delibera sob proposta da Comissão;
- iv) Substituir os termos "maioria absoluta" no que se refere ao Parlamento Europeu por "maioria dos votos expressos" e "maioria dos membros que compõem o Parlamento Europeu" por "maioria dos membros que o compõem".

d) Associação dos países e territórios ultramarinos

O Praesidium decidiu manter a Parte IV do Tratado CE como parte independente na Parte II.

e) Fusão de determinadas disposições

O Praesidium decidiu dar seguimento à sugestão de fundir os n.ºs 1 e 2 do artigo 19.º, solicitando embora que na redacção da disposição fundida haja o cuidado de ter devidamente em conta a especificidade de cada um dos domínios.

f) Supressão de determinadas disposições

O Praesidium decidiu dar seguimento às conclusões do Grupo de Trabalho IX no sentido de suprimir o instrumento "convenção" (cf. arts. 20.º do TUE e 186.º e 293.º do TCE) e de o substituir por regulamentos ou decisões do Conselho. Consequentemente, decidiu suprimir o artigo 293.º do TCE. Solicita-se ao Grupo que integre estas sugestões e analise a eventual necessidade de criar uma base jurídica específica relativamente aos domínios abrangidos por aquela disposição e que não estejam abrangidos por outras disposições da Constituição. Essa nova base jurídica eventual deverá prever como instrumento o regulamento do Conselho.

g) Substituição dos termos "valores comuns" que constam do artigo 16.º do TCE

O Praesidium decidiu dar seguimento à sugestão do Grupo substituindo os termos "no conjunto dos valores comuns" que consta do artigo 16.º do TCE por "enquanto serviços a que todos na União atribuem valor".

4. O Praesidium aprovou ainda as sugestões do Grupo de Peritos já integradas e que figuram em anexo à presente nota.

SUGESTÕES JÁ INTEGRADAS
PELO GRUPO DE PERITOS

1. Estrutura da Parte II

O grupo de peritos chamou a atenção (pág. 177) para o facto de que determinadas disposições não se enquadram na estrutura de 28 de Outubro de 2002, tais como, por exemplo, certas disposições de aplicação geral (n.º 2 do artigo 3.º, e artigos 6.º, 16.º, 295.º e 296.º do Tratado CE), as disposições sobre a não discriminação e a cidadania (artigos 12.º, 13.º e 18.º a 22.º), as disposições sobre a fiscalidade (artigos 90.º a 93.º), a cooperação aduaneira (artigo 135.º) ou a cooperação económica, financeira e técnica com os países terceiros (artigo 181.º-A). Por conseguinte, o Grupo fez sugestões sobre a sua colocação na Parte II.

2. Supressão de disposições obsoletas

O grupo sugere (pág. 178) que sejam suprimidas, por serem obsoletas, certas disposições do Tratado CE que referem datas ou acontecimentos ultrapassados (o artigo 14.º do TCE e o artigo 93.º do TCE, que referem a data de 31 de Dezembro de 1992 como data prevista para a realização do mercado interno, e o n.º 1 do artigo 37.º do TCE, que faz referência a uma conferência realizada em Stresa, em 1958, cujos resultados fazem hoje parte integrante do acervo).

3. Reestruturação de determinadas partes do articulado

O grupo sugeriu (págs. 182/183) que se procedesse a uma reestruturação limitada de partes do articulado, a saber:

- a) Transferir o artigo 4.º do TCE para o início do Título "*Política Económica e Monetária*";
- b) Transferir os artigos 14.º e 15.º do TCE para o início de um novo título ou capítulo consagrado ao mercado interno, no qual figurariam também os artigos 94.º a 97.º do TCE;

- c) Completar o Título II, "*Agricultura*", do TCE com as palavras "*e Pescas*", a fim de reflectir no título o âmbito de aplicação do n.º 1 do artigo 32.º do TCE, e adaptar o texto deste artigo em conformidade.

4. Sessões anuais do Parlamento Europeu

O Grupo sugere (pág. 187) que se substitua a fórmula constante do segundo parágrafo do artigo 196.º do TCE "*O Parlamento Europeu pode reunir-se em sessão extraordinária....*", que é susceptível de gerar confusões aos olhos do cidadão, pela formulação consignada no Regimento do Parlamento desde 1958: "*o período de sessões*".